

Chamada de Propostas para o VIII Fórum da Internet no Brasil

Título do workshop

Proteção de dados pessoais no Brasil: desafios do projeto de lei e o papel dos diferentes setores na implementação do novo marco normativo

Formato do workshop

debate

Outro

Este workshop é proposto pela entidade a qual faço parte?

sim

Nome do/a proponente

Coalizão Direitos na Rede

Nome do responsável pelo workshop

Bia Barbosa

Estado do/a proponente

distrito_federal

Organização do/a proponente

Coalizão Direitos na Rede

Setor do/a proponente

terceiro_setor

Nome do/a co-proponente

Laura Schertel

Estado do/a co-proponente

distrito_federal

Organização do/a co-proponente

Centro de Direito, Internet e Sociedade do IDP (CEDIS/IDP)

Setor do/a co-proponente

comunidade_cientifica

Resumo do workshop

Considerando a iminência da aprovação de uma lei de proteção de dados pessoais no país, o workshop pretende apontar os principais desafios enfrentados no processo de elaboração e votação do projeto de lei no Congresso Nacional, os interesses em jogo e levantar as perspectivas para a implementação do novo marco normativo no país, a partir da análise dos diferentes atores atingidos e considerando as especificidades das empresas e do poder público na aplicabilidade da lei.

Descreva abaixo os objetivos do workshop e os conteúdos que serão discutidos

O workshop pretende debater com os/as participantes do FIB os diferentes aspectos da lei geral de proteção de dados pessoais do Brasil, que poderá já estar aprovada e sancionada no momento de realização do Fórum, e os desafios para sua implementação. Num primeiro momento, o objetivo é apresentar as questões centrais que dominaram a disputa no Parlamento (Câmara e Senado) e os diferentes interesses que influenciaram na versão final do texto, assim como suas consequências em termos da efetividade dos direitos dos titulares dos dados e do incentivo à inovação tecnológica. Entre os temas a serem debatidos estão as exceções à aplicabilidade da lei, legítimo interesse, definição e tratamento de dados sensíveis e de crianças e adolescentes e transferência internacional de dados. Em seguida, o workshop pretende ouvir todos os setores acerca dos passos necessários para a entrada em vigor da lei: que alterações em termos de tratamento serão necessárias de serem feitas no âmbito do poder público e do setor empresarial; qual o papel da academia e do terceiro setor neste processo; a importância da criação de uma Autoridade Nacional de Proteção de Dados, suas prerrogativas e mecanismos de sanção, e atuação alinhada com as práticas internacionais sobre o tema; vacatio legis e que mudanças culturais devem ocorrer no país para que a lei se efetive, convidando os participantes do Fórum a se

somarem neste desafio. Por fim, caso o projeto de lei ainda não esteja aprovado e a lei, sancionada, o workshop pretende engajar a comunidade multissetorial da Internet no país em seu processo de votação.

Forneça uma justificativa sobre a relevância do tema para a Governança da Internet

Hoje, o mundo todo repensa a relação entre inovações tecnológicas e riscos coletivos gigantesco. E o Brasil pode dar um passo certo (importante) na direção de mais segurança jurídica e de uma economia de dados centrada no respeito a direitos. Uma importante vitória para o país foi alcançada no final de maio, quando a Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, um projeto de lei sobre proteção de dados pessoais. Desde então, o texto aguarda ser apreciado no Senado Federal. A proposta é o resultado possível e maduro de diálogo e negociação intensa entre diversos interessados na consolidação de uma moderna lei geral, adequada ao atual contexto tecnológico, compatível com futuros avanços e compromissada com direitos fundamentais. Desde 2010, foram duas consultas públicas realizadas pelo Ministério da Justiça, gerando um anteprojeto de lei. Enviado ao Congresso, foram realizadas onze audiências públicas e dois seminários de grande porte. Houve ainda debates em outros fóruns, como no último Fórum da Internet no Brasil, no Rio de Janeiro, e em eventos organizados por empresas, acadêmicos e pelo terceiro setor. Na reta final de tramitação na Câmara dos Deputados, o texto do projeto de lei foi discutido em reuniões multissetoriais de escuta e negociação, com vários segmentos sociais interessados, até a elaboração de consensos. Assim, a proposta reflete a posição mediada entre todos os setores envolvidos, numa efetiva demonstração de que processos participativos e democráticos produzem legislações equilibradas. Considerando que a privacidade do indivíduo, a inovação e um ambiente legal e regulatório que preserve a dinâmica da Internet como espaço de colaboração são princípios para a governança da Internet, a Coalizão Direitos na Rede, articulação integrada por mais de 30 organizações da sociedade civil, além de diversos setores do mercado e do poder público e do próprio CGI.br, divulgaram declarações apoiando a adoção de uma lei de proteção de dados pessoais no país.

Descreva como você pretende estruturar a participação das/os palestrantes no workshop

O workshop será desenvolvido em dois momentos centrais. No primeiro, cada um dos palestrantes terá 5 minutos para apresentar sua visão sobre o texto do projeto (ou da lei) aprovado, com destaque para as disputas verificadas no processo e que levaram à atual redação da lei. Total: 25 minutos. Na segunda rodada, os participantes terão 8 minutos para debater os desafios da implementação da legislação, incluindo as perspectivas de funcionamento da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e como seu respectivo setor se adaptará para cumprir a nova legislação ou, no caso da academia e do terceiro setor, também para fiscalizar o cumprimento da lei. Total: 40 minutos. Cinco minutos ao todo serão usados pela moderação para a condução dos trabalhos. E os 20 minutos finais para a interação com os participantes presenciais e remotos.

Descreva de que forma você espera envolver a audiência presencial e remota

A moderação do painel será responsável por selecionar as perguntas recebidas remotamente, por meio das redes sociais da Coalizão Direitos na Rede, e alterná-las com as perguntas feitas pela audiência presencial no evento. Será dada prioridade ao equilíbrio de gênero e setorial na proposição de perguntas aos debatedores. Ao todo, serão feitas 8 perguntas de no máximo 2 minutos. Nos minutos restantes os debatedores responderão às questões colocadas e farão suas considerações finais. Ao longo do painel, um integrante da Coalizão publicará nas redes da articulação as principais posições dos/as convidados/as, de modo a incentivar a participação remota na atividade. A hashtag #ProteçãodeDadosFIB2018 será utilizada na divulgação do workshop. Ao todo, serão reservados 20 minutos para esta interação com os participantes.

Descreva os resultados pretendidos com a realização deste workshop

São dois os principais resultados pretendidos com o workshop. O primeiro é garantir uma maior apropriação da comunidade interessada na governança da Internet sobre o processo de elaboração e votação da lei de dados pessoais no Brasil, de modo a permitir uma maior compreensão sobre os diferentes interesses considerados no processo e como eles influenciaram na versão final da lei. O segundo é, a partir dessa apropriação, garantir o diálogo e um maior envolvimento dos diferentes setores na implementação da lei. Acreditamos - a partir de exemplos históricos sobre leis aprovadas no Brasil - que o engajamento da sociedade civil e de um acompanhamento e fiscalização de novos marcos normativos são fundamentais para a efetividade das normas em vigor no país. Neste sentido, manter a academia, o poder público, o terceiro setor e o setor empresarial em diálogo permanente até a entrada de vigor da lei de proteção de dados, incluindo a relação multissetorial na regulamentação da lei e na criação da

Relação com os Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil

Liberdade Privacidade e Direitos Humanos

Relação com os outros temas

Privacidade e Proteção de dados

Relação com os outros temas

Questões legais e regulatórias

Relação com os outros temas

Internet das coisas

Outro

Nome do/a palestrante do setor governamental

Deputado Federal Orlando Silva

Estado do/a palestrante do setor governamental

sp

Organização do/a palestrante do setor governamental

Câmara dos Deputados

Mini-biografia do/a palestrante do setor governamental

Deputado Federal pelo PCdoB/SP, foi relator da Comissão Especial de Proteção de Dados Pessoais e autor do substitutivo aprovado na Câmara Federal

Nome do/a palestrante do setor empresarial

Marcel Leonardi

Estado do/a palestrante do setor empresarial

sp

Organização do/a palestrante do setor empresarial

Google Brasil

Mini-biografia do/a palestrante do setor empresarial

Professor da FGV Direito SP e Conselheiro Senior de Políticas Públicas do Google Brasil. Bacharel, Mestre e Doutor em Direito pela USP, com pós-doutorado pela Berkeley Law. Certificado em privacidade Europeia e em Privacidade dos EUA pela International Association of Privacy Professional (IAPP).

Nome do/a palestrante do terceiro setor

Bia Barbosa

Estado do/a palestrante do terceiro setor

distrito_federal

Organização do/a palestrante do terceiro setor

Coalizão Direitos na Rede

Mini-biografia do/a palestrante do terceiro setor

Jornalista, especialista em Direitos Humanos pela USP e mestra em Gestão e Políticas Públicas pela FGV. É co-fundadora e integrantes da Coordenação Executiva do Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social. Ativista da Coalizão Direitos na Rede, participou dos processos de tramitação e aprovação do Marco Civil da Internet e da Lei de Proteção de Dados Pessoais no Congresso Nacional.

Nome do/a palestrante da comunidade científica e tecnológica

Laura Schertel

Estado do/a palestrante da comunidade científica e tecnológica

distrito_federal

Organização do/a palestrante da comunidade científica e tecnológica

Centro de Direito, Internet e Sociedade do IDP (CEDIS/IDP)

Mini-biografia do/a palestrante da comunidade científica e tecnológica

Professora Adjunta de Direito Civil na UnB, Diretora do Centro de Direito, Internet e Sociedade do IDP, diretora da Associação Luso-Alemã de Juristas (DLJV-Berlim) e do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon). Doutora em Direito Privado pela Universidade Humboldt de Berlim, mestre em Direito, Estado e Constituição pela UNB. Gestora Governamental em exercício no CADE.

Indique abaixo se o workshop proposto terá outros/as palestrantes além dos/as citados/as acima

Bruno Bioni Masculino São Paulo/SP bruno@registro.br NiC.br Poder público Confirmado Doutorando em Direito Comercial e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogado do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR/NIC.br e membro da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade/LAVITS. Foi study visitor do Departamento de Proteção de Dados Pessoais do Conselho da Europa (2015), pesquisador visitante no Centro de Pesquisa de Direito, Tecnologia e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade de Ottawa e líder de projetos no Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo/USP.

Nome do/a moderador/a

Renata Mielli

Estado do/a moderador

sp

Organização do/a moderador/a

Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé/FNDC

Mini-biografia do/a moderador/a

Coordenadora geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e Secretária Geral do Barão de Itararé. É jornalista formada pela Cásper Libero, integra a campanha Banda Larga É Direito Seu, a Coalizão Direitos na Rede e a Câmara de Inclusão Digital do CGI.br.

Nome do/a relator/a

Paulo José Olivier Moreira Lara

Estado do/a relator/a

sp

Organização do/a relator/a

Artigo 19

Mini-biografia do/a relator

Assessor de projetos da ARTIGO19. Bacharel em sociologia e ciências políticas, mestre em sociologia da cultura pelo IFCH/UNICAMP, cursa o PhD em Política na Universidade de Londres. É pós-graduado em comunicação na área de divulgação científica e cultural pelo LABJOR/UNICAMP. Trabalhou no Min. da Cultura e das Comunicações na área de tecnologias digitais, políticas públicas e expressões culturais.

A pessoa foi contatada pela/o(s) proponente(s) do workshop e confirmou sua intenção de participar dessa atividade no VIII Fórum da Internet no Brasil?

sim
